

27 AGO 1988

O desafio da austeridade

RICARDO DEGENSZEJN

A política de controle das contas públicas, que ao longo dos últimos meses concentrou a maior parte dos esforços da atual equipe econômica, está sendo submetida a um teste de vital importância: a aprovação pelo governo federal — e até o final de novembro pelo Congresso — da proposta do Orçamento Geral da União para 1989, que tem como objetivo reduzir o déficit para 2% do PIB no próximo ano, meta considerada imprescindível para o cumprimento de acordo com o FMI e a normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional.

O rigor do teste pode ser avaliado pela magnitude dos problemas que estão embutidos na proposta dos ministros da área econômica, a qual contempla cortes de Cz\$ 7 bilhões. Para economizar o que pretende, o governo terá que invadir os feudos das estatais, que têm dado repetidas provas de insubordinações a políticas de austeridade e se constituem hoje em verdadeiros estados dentro do próprio Estado; enfrentar a tensão que o ajuste fiscal nos Estados e municípios vai gerar, sobretudo à medida que se aproximam as eleições municipais de novembro; e, finalmente, atacar a própria máquina federal, promovendo fusões de órgãos públicos, extinção de ministérios e enxugamento do funcionalismo, o que significa desafiar os interesses fisiológicos de bases de sustentação política. Sem citar a eliminação de

praticamente todos os subsídios, inclusive do crédito rural.

Não há, pois, como subestimar a importância do teste da aprovação do orçamento. Estará em jogo a manutenção do atual esforço de controle das contas públicas e, por extensão, da própria inflação. Além disso, ainda que tudo corra bem e o governo decida bancar o plano, existem dificuldades adicionais para as quais julgamos imperioso alertar.

Na fase final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte existe a possibilidade de que sejam aprovadas medidas que envolvam doações veladas ou explícitas de recursos públicos numa escalada que pode colocar a perder o esforço empreendido até o momento. As emendas da anistia, por exemplo, devem custar às instituições financeiras um volume de recursos equivalente a mais de 2% do PIB.

Outro lado relevante: dada a tendência de descontrole das contas públicas, não tem restado outro remédio às autoridades senão sobrecarregar o papel da política monetária na gestão da demanda agregada, o que envolve a elevação da taxa de juros. É evidente que o comportamento das taxas de juros poderá influenciar sensivelmente o desempenho das contas do governo, através da contaminação de serviço de toda a dívida interna. Cada três pontos percentuais de aumento na taxa real de juros devem gerar um acréscimo equivalente a cerca de 0,5% do PIB na necessidade de financiamento do setor público.

Deve-se notar que o controle dos dispêndios públicos de uma maneira geral tende a se tornar mais árduo na medida em que se prolongue o atual quadro de estagnação, o que fatalmente desencadeará pressões no sentido do uso dos recursos do Estado e do crédito subsidiado como instrumentos de alívio das dificuldades enfrentadas pelos segmentos mais atingidos. A coalisão dos diversos interesses associados a estas pressões pode vir a tornar politicamente difícil a manutenção de um programa de austeridade por parte do governo.

Está, portanto, em ação um conjunto de tendências que contribuem para a deterioração da situação das contas públicas. Ou seja, para aumentar a necessidade de financiamento do setor público, que em 1987 já atingiu 5,5% do PIB. Não se podem subestimar as dificuldades de se assegurar o atendimento destas necessidades sem que se pressione ainda mais o processo inflacionário.

O descontrole do déficit público é hoje, sabidamente, a adutora que alimenta de inflação a economia brasileira. As últimas elevações nos índices de preços deveriam determinar, por parte das autoridades, mão de ferro na condução dos orçamentos públicos. Conter a despesa é importante, mas corajoso e efetivamente necessário é reconhecer que o governo vem perdendo o controle sobre a máquina do Estado, daí porque não há esforço de conten-

ção que leve a resultados satisfatórios.

É vital, no atual momento atravessado pela sociedade brasileira, que o governo demonstre vontade política para gerar soluções que cortem o déficit público em suas raízes mais profundas. Não, porém, o corte superficial, quase indolor, mas atingindo em cheio as gorduras orçamentárias. O combate aos preços sempre foi uma tática fadada à derrota. O inimigo principal é a inflação, que se reabastece com as despesas do governo. Não adianta lutar contra as consequências e poupar as causas. O lançamento de medidas paliativas, o tabelamento artificial, apenas adia problemas para um repique mais adiante.

A inflação de 24,04% em julho funcionou como um alerta: estamos no limiar da explosão da inflação com todas as consequências em termos de desequilíbrios econômicos, sociais e institucionais. No momento em que lideranças sindicais e empresariais sentam-se à mesa e discutem a possibilidade de um acordo antiinflacionário, a proposta do Orçamento da União constitui uma excelente oportunidade para o governo demonstrar a sinceridade de seus propósitos de austeridade. Mais do que apoio às iniciativas da sociedade civil, pede-se do governo ação em sua esfera própria.

RICARDO DEGENSZEJN, 54, engenheiro pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), é diretor da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e presidente do Grupo Formiplac.